

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE JANEIRO DE 2008**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Janeiro de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, nos seguintes termos:-----

-----Perguntou se já está no exercício de funções a Comissão Arbitral Municipal.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva esclareceu que, por duas vezes, faltaram os representantes dos arquitectos e dos advogados, adiando assim a formação da Comissão.-----

-----Perguntou em que ponto se encontra o Quadro de Pessoal da Aldesc, EM;-----

-----O Sr. Presidente respondeu que, a respeito, verificavam-se as posições do autarca interpelante e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelo que a Câmara enviou ambas à CCDRLVT, com o pedido de parecer.-----

-----Perguntou se é verdade que vai encerrar o Centro Comercial Rafael.-----

-----O Sr. Presidente informou que vai ser notificado o

proprietário para suprir as deficiências que obstam à legalização.-----

-----Perguntou ainda se já houve desenvolvimentos na Comissão Municipal de Protecção Civil.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a lei concede um período de alguns meses para proceder às actualizações e está em preparação o Plano de Emergência, que será presente à Câmara.---

-----Pedi também que sejam actualizadas as Actas no site da Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário disse:-----

-----Que fizeram chegar ao seu conhecimento o assunto relativo à assunção e liquidação dos eventuais compromissos da Câmara para com a EDP, no que à Zona de Actividades dos Paços Negros, nomeadamente à Carpinpaços diz respeito e que põem em causa o fornecimento de energia eléctrica àquela unidade de produção.---

-----Apresentou de seguida o Requerimento número um de dois mil e oito, dirigido ao Sr. Presidente, com o Assunto, Obra efectuada a um particular e do seguinte teor:-----

-----"Francisco Manuel Maurício do Rosário, Vereador, em exercício de funções no executivo municipal, de acordo com o estipulado na alínea f) do nº 1, do artº 68º da Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, que alterou a Lei 169/99 de 18 de Setembro, de acordo com os poderes de fiscalização que compete aos membros da Câmara Municipal, previstos no artº 64º das Leis atrás referidas, vem requerer a V.Ex.ª o seguinte esclarecimento.-----

-----De acordo com uma notícia, anonimamente publicada no blogue: o-pincel.blogspot.com, com data de 19 de Janeiro último, denuncia-se um acontecimento, que não mereceria o meu tratamento se não viesse ilustrada com dados que, supostamente o provam, duas fotos de obras de demolição de um edifício particular, na Rua Coronel António Manuel Baptista em Fazendas de Almeirim (junto ao estabelecimento de Seguros de António Cocharro), alegadamente efectuadas com meios e pessoal da Câmara. Alegadamente é proprietário o Sr. Joaquim, residente na Quinta da Marrã Grande em Paço dos Negros.-----

-----Espero da parte de V^a Ex^a um desmentido rigoroso do noticiado.-----

-----Nem me passa pela cabeça que possa ser verdade, no entanto solicito a V^a Ex^a que me indique em que circunstâncias foram feitas estas demolições e a mando de quem.-----

-----Se V^a Ex^a persistir em não responder, mais uma vez, aos meus requerimentos no prazo legal, informo que farei participação ao Ministério Público para Inquérito Judicial.”-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----ACTA - Foi submetida a apreciação a Acta de dezassete de Dezembro passado, que sofreu uma alteração introduzida pelo Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Manuel José Batista Flauzino, trezentos e quarenta A de dois mil e seis; Socialcasa - Sociedade de Investimentos de Habitação, Limitada, trezentos e trinta; Vítor Manuel Lucas Flauzino, trezentos e quarenta e nove; Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Limitada, trezentos e cinquenta e um; Manuel Oliveira Gonçalves, trezentos e setenta; Rodrigo Gonçalo Toito Alberto, trezentos e setenta e cinco; Luís Oliveira Gonçalves, trezentos e oitenta e cinco; Natividade Batista Evaristo, trezentos e noventa e um, todos de dois mil e sete.---

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados,

ao abrigo da delegação de competências:-----
-----Joaquim Pisco, quatrocentos e vinte e dois, de dois mil;
Joaquim Moreira Frazão, vinte e nove de dois mil e três; António
Martins & Elisabete, Actividades Hoteleiras, Limitada, cento e
quinze de dois mil e cinco; João Paulo Nunes Craveira, cinquenta
e seis A; Argentina Rosa Nunes, cinquenta e sete; Lidónio &
Canço - Construção Civil, Limitada, cento e quatro; Alexandrina
Maria de Fátima Ferreira dos Santos Oliveira, cento e sessenta e
quatro A; Susana Margarida Castelo Silva, duzentos e trinta;
Imoretalho - Gestão de Imóveis, SA, duzentos e oitenta e sete;
Marta Cristina Lopes Teixeira dos Santos, duzentos e noventa e
um; Gonçalo António D'Elvas Vicente, trezentos e seis; Rui
Manuel da Conceição Seixas, trezentos e trinta e um; Marco
Alexandre Marques Figueiredo, trezentos e trinta e quatro; Nuno
Miguel Palhoto Varela, trezentos e trinta e cinco; Figueiredo &
Flausino, Construções Limitada, trezentos e cinquenta e sete,
todos de dois mil e sete; Pedro Vital, Sociedade Unipessoal
Limitada, três de dois mil e oito.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foram presentes os seguintes
requerimentos, solicitando certidão comprovativa do eventual uso
do direito de preferência na venda do direito de superfície de
fracções autónomas construídas pela COOPEAL:-----

-----de Maria de Fátima A. Antunes Batista, relativa ao segundo
andar direito do prédio sito no lote vinte e seis da Praceta do
Chapim; e de Licínio da Piedade Silva, relativa ao terceiro
andar direito do bloco catorze da Rua Vinha do Santíssimo, ambos
em Almeirim.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente a carta de
Irricampo, Sistemas de Rega, Lda, comunicando a sua
disponibilidade para devolver ao Município os lotes números
oitenta e três, oitenta e quatro e oitenta e cinco da Zona de

Actividades Económicas, pelo preço de aquisição, de cento e quarenta e um mil quatrocentos e vinte e seis euros.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, adquirir os referidos lotes, em direito de preferência. Absteve-se o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Presente ainda o requerimento de António Batista Maurício, titular do direito pleno sobre o lote dezasseis - B da Zona de Actividades Económicas, solicitando autorização para proceder ao pagamento das compensações a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do respectivo Regulamento, com vista a futura transmissão do mesmo.-----

-----Tem informação da funcionária responsável pelo serviço contendo o enquadramento legal e o valor das compensações, de nove mil e nove euros e quarenta e oito cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PCP - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português que acompanha cópia da pergunta ao Governo sobre o atraso nas obras da Ponte D. Luís.-----

-----PLANO DE PORMENOR DO CANTO DO JARDIM - O executivo tomou conhecimento da informação do Arqº Artur Sampaio que acompanha cópia da publicação em Diário da República, segunda série, número oito, de onze de Janeiro corrente, do Plano de Pormenor do Canto do Jardim, em Almeirim.-----

-----MOÇÃO - A Câmara tomou conhecimento da Moção aprovada pela Câmara municipal do Seixal, manifestando o seu desacordo do Projecto de Lei que introduz alterações à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências

financeiras:-----
-----Produções Tardo, finalistas do Curso de Cinema da Universidade da Beira Interior, para a realização de curta-metragem - duzentos e cinquenta euros; Associação portuguesa Amigos de Raoul Follereau, para o combate à lepra - cento e dez euros; Grupo Desportivo Raposense, para obras na sua sede - mil euros; União Futebol Clube de Almeirim, para colocação de um alarme no bar - quinhentos e sessenta euros e vinte e cinco cêntimos; Comissão Organizadora do Carnaval de Benfica do Ribatejo, para o Carnaval de dois mil e oito - dois mil euros; e, tendo-se ausentado o Sr. Vereador Francisco Maurício por invocado impedimento legal, Patinagem Artística do Hóquei Clube Os Tigres, para inscrição de atletas e contra a apresentação dos respectivos recibos - quatrocentos e cinquenta euros.-----
-----Foi ainda presente a carta do CRIAL solicitando apoio para aquisição de uma cadeira com sistema integrado de posicionamento, destinada de imediato a um aluno residente em Coruche e com os custos repartidos em partes iguais pelos dois municípios.-----
-----A Câmara deliberou conceder a transferência de cinquenta por cento do preço, no montante de quatro mil trezentos e cinquenta e quatro euros e cinco cêntimos.-----
-----PRÉMIO DO MELHOR ALUNO - Foi presente a proposta do Sr. Vereador José Carlos da Silva comunicando que a votação dos alunos premiados pelo galardão em título definiu como beneficiário da transferência de quinhentos euros prevista no Regulamento respectivo, o CRIAL.-----
-----O executivo concordou.-----
-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a comunicação do Gabinete de Acção Social alusiva à habitação de Cristina Isabel Marques Rodrigues, na Rua S. João Baptista, número seis, em Almeirim e à necessidade de recuperação do telhado.-----
-----A Câmara deliberou doar os materiais, no valor de

novecentos e trinta e sete euros e sessenta e oito cêntimos.-----

-----CONSUMO DE ÁGUA - Presente a comunicação do Gabinete de Acção Social respeitante ao agregado familiar de Maria da Conceição Pereira Teodoro Nunes, residente no Largo Espírito Santo, número seis, em Almeirim, que por motivo de rotura na canalização apresenta dois consumos elevados de água, de trezentos e quatrocentos metros cúbicos.-----

-----A Câmara deliberou cobrar pelo primeiro escalão.-----

-----PISCINAS - Foi presente o ofício do Agrupamento de Escolas Febo Moniz solicitando a disponibilização de tempo e um técnico de educação física nas Piscinas Municipais, para desenvolver um programa de adaptação ao meio aquático de sete alunos do primeiro ciclo, com problemas motores.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----CARNAVAL DE ALMEIRIM - Foi presente a carta da extinta Comissão do Carnaval de Almeirim comunicando que na conta à ordem da Comissão verificava-se um saldo de novecentos e noventa e um euros e vinte e sete cêntimos, importância que deu entrada nos cofres da autarquia em quinze de Janeiro corrente.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva propôs que igual importância seja transferida para o CRIAL, para aquisição dos fatos de Carnaval das crianças da instituição, no Curso das Escolas.-----

-----A Câmara deliberou concordar.-----

-----TAXAS DE PUBLICIDADE - Foi presente a informação da Secção de Taxas e Licenças comunicando que não foram pagas eventualmente no ano passado seis taxas de publicidade no total de cento e setenta e cinco euros e catorze cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou mandar virtualizar a receita por débito à Tesouraria.-----

-----PUBLICIDADE - Foi presente o ofício do Município de Alpiarça solicitando autorização para colocação de bandeiras publicitárias alusivas ao Carnaval daquele Concelho, com respeito pelas normas ambientais e de tráfego, sendo retiradas cinco dias após o encerramento do Carnaval.-----

-----A Câmara deliberou autorizar a colocação da publicidade.-----

-----TRANSPORTES URBANOS DE ALMEIRIM - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou aprovar que nos TUA, linha azul, de segunda a sexta-feira, o autocarro passe a efectuar duas paragens na Quinta da Alorna, às sete horas e trinta minutos e às doze horas, com início a um de Fevereiro próximo.-----

-----PROTOCOLO - Foi presente a carta da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim solicitando a renovação do protocolo para apoio administrativo para o ano corrente.-----

-----O executivo deliberou proceder à renovação do Protocolo, mediante o pagamento da transferência de quatrocentos e cinquenta euros mensais.-----

-----TRANSPORTE ESCOLAR - Presente a informação do Gabinete de Acção Social solicitando o pagamento do passe escolar entre Almeirim e Marinhais a três alunos do programa Integrado de Educação e Formação, Alexandru Tiberius Crisan, Rodrigo Miguel Oliveira Neves e Paulo César Gomes Farinha.-----

-----A Câmara deliberou conceder.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou definir como limite máximo de velocidade de circulação na Circular Urbana de Almeirim, os oitenta quilómetros por hora.-----

-----EXPEDIENTE E LIMPEZA DAS ESCOLAS - Sob proposta da Sr^a Vereadora Joana Baptista, a Câmara deliberou transferir os subsídios para expediente e limpeza das escolas, correspondentes

ao segundo período, no montante de noventa euros por sala de aula e por trimestre, num total de oitenta e sete salas.-----

-----PERMUTA DE TERRENOS - Foi presente a proposta do Sr. Presidente na qual comunica que o Sr. Guilherme Pena não pode, a curto prazo, disponibilizar o terreno inicialmente destinado a parque de estacionamento, entre as Ruas Bernardo Gonçalves e D. Gonçalo da Silveira, em Almeirim e propõe que seja efectuada a permuta de uma parcela com duzentos e três metros quadrados e sessenta decímetros quadrados da posse do Município, por outra com a mesma área do mencionado proprietário, transacção que permitirá aproveitar com parque de estacionamento o terreno adquirido para o efeito a D. Cristina Barreira, com mais de dois mil e duzentos metros quadrados. É atribuído a cada uma das parcelas o valor de vinte mil setecentos e trinta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou aprovar.-----

-----SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - Foi presente a proposta do Sr. Presidente, tendo em conta o pedido feito pela Santa Casa da Misericórdia de Almeirim e como base de discussão, com a seguinte metodologia:-----

-----Compra pelo Município do terreno frente ao Tribunal, com duzentos e noventa e oito metros quadrados, por cento e quarenta e oito mil seiscentos e quarenta e um euros e setenta e sete cêntimos; os restantes seiscentos e um mil trezentos e cinquenta e oito euros e vinte e três cêntimos necessários seriam objecto de um contrato-programa por seis anos (um de construção mais cinco de exploração). Este financiamento da autarquia teria a seguinte contrapartida a prestar pela Santa Casa, durante esse período, com a disponibilização de cinco camas no novo Hospital, três camas no Lar de São José e três lugares no Jardim de Infância do Largo do Conde. Os pagamentos por parte da Câmara seriam feitos em quarenta prestações trimestrais de quinze mil e trinta e três euros e noventa e cinco cêntimos.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício apresentou a sua proposta alternativa, do seguinte teor:-----

-----"Considerando a solicitação apresentada pela Santa Casa da Misericórdia de Almeirim e a proposta apresentada pelo sr. Presidente da Câmara e tendo em conta todas as dúvidas legais que me assistem quanto à possibilidade de estabelecer um Contrato-Programa com as características e os prazos propostos, para além de achar que não é vocação do Município serem-lhe disponibilizadas camas e lugares em Jardim de Infância, apresento uma proposta alternativa, considerando:-----

-----1) A localização da Praça de Touros de Almeirim é actualmente um local privilegiado e futuramente, bem me parece que será ainda de maior importância.-----

-----2) A Santa Casa da Misericórdia de Almeirim, não terá intenções nem possibilidades, a curto ou médio prazo, de adequar às necessidades do Concelho: um Pavilhão Multiusos (com espectáculo taurino incluído), com espaços privilegiados de divulgação e comercialização dos nossos principais produtos regionais e não só.-----

-----3) A política da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim é muito acertada, pois a recuperação do Hospital (já aprovado) e a construção de um novo Jardim de Infância (suponho que com grandes hipóteses de viabilidade de aprovação) na renovada cerca do Hospital, é a sua vocação e de uma particular importância para o Concelho.-----

-----4) A Santa Casa da Misericórdia de Almeirim, a curto prazo, necessitará de novo financiamento para a desejada construção do novo Jardim de Infância, podendo, em mais do que previsível caso de necessidade financeira, ceder parte da sua quota ao Município, na Sociedade Gestora da Praça de Touros de Almeirim, a constituir, segundo esta proposta.-----

-----Proponho pois:-----

-----1) Aquisição do terreno frente ao Tribunal com duzentos e noventa e oito metros quadrados, pelo preço de cento e quarenta e oito mil seiscentos e quarenta e um euros e setenta e sete

cêntimos (quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos por metro quadrado).-----

-----2) Comparticipação de seiscentos e um mil trezentos e cinquenta e oito euros e vinte e três cêntimos, como co - proprietária da Praça de Touros de Almeirim, em Sociedade a estabelecer com a Santa Casa da Misericórdia de Almeirim, após avaliação rigorosa da mesma e constituição de Sociedade Gestora da Praça de Touros de Almeirim, com o objectivo de em parceria público privada procurarem os parceiros adequados para que o necessário equipamento possa ser uma realidade."-----

-----O mesmo Vereador justificou a sua proposta porque, na sua opinião, não é vocação da Câmara gerir camas de hospitais.-----

-----O Sr. Vice-Presidente considerou, também na sua opinião, que não é vocação da autarquia gerir a Praça de Touros.-----

-----O Sr. Presidente ponderou que a diferença entre as duas propostas situa-se na segunda parte, em que alternam a disponibilização de camas por uma quota na Praça de Touros.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse preferir a primeira proposta a uma quota na Praça de Touros, nem vê como a participação numa sociedade gestora vá resolver os problemas da Praça de Touros.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício acrescentou que a Câmara não tem vocação para administrar camas e lugares e isso pode ser motivo de conflito e por isso propõe, se a Santa Casa pretende o financiamento, parece justo que abra mão da Praça de Touros.-----

-----O Sr. Vice-Presidente perguntou onde é que a Câmara arranja dinheiro para recuperar a Praça de Touros, sendo que o projecto que está na Câmara há sete anos estava orçado em meio milhão de contos, para o qual não se conseguiu financiamento suficiente e na altura havia fundos comunitários, que hoje não há. Não discordando da ideia tem dúvidas, porque a médio prazo não é exequível. Em relação às camas, há sempre solicitações e necessidades a suprir.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que cabe à Santa Casa procurar um parceiro privado para melhor gerir a

Praça de Touros. O problema da Câmara será de solidariedade social para com a instituição e os utentes a quem se destina, ao mesmo tempo permitindo requalificar urbanisticamente a zona, com a contrapartida das camas, que são sempre necessárias. A Praça de Touros de Almeirim não é como a de Lisboa, que tem espectáculos todas as semanas, enquanto nós temos um equipamento que para as poucas corridas na época não conseguimos encher.----

-----O Sr. Presidente referiu que a utilização das camas e lugares não significa que estejam sempre disponíveis, apenas que, em caso de aparecer alguém necessitado, a Santa Casa, até estes limites, disponibiliza vagas do contingente cedido ao município. É imperativo requalificar o Hospital e uma proposta que viabiliza obras a troco da Praça de Touros, dificilmente a Santa Casa a poderá aceitar. Mesmo com as quarenta prestações trimestrais a Santa Casa terá de recorrer a um banco. A segunda proposta aqui apresentada tem alguns inconvenientes, o principal dos quais é que não vai viabilizar a recuperação do Hospital, já que o financiamento acabaria por ser canalizado para a Praça de Touros, esvaziando a sociedade. Também não vê como, na empresa a constituir, a Câmara pagar a quota em dez anos, com um parceiro privado seria mais uma complicação e o que se pretende é viabilizar a recuperação do Hospital.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que mantém a sua proposta, não vê grandes problemas em constituir a empresa nem obter financiamento, pelo que os argumentos não o convencem.----

-----O Sr. Presidente acrescentou que para a constituição de uma empresa é pressuposto fundamental que seja viável e com a despesa que a Praça de Touros acarreta, está convicto que não terá viabilidade.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que há que observar devidamente o clausulado do contrato.-----

-----De seguida o Sr. Presidente submeteu à votação as duas propostas, separadamente, com os seguintes resultados:-----

-----Denominada Proposta A, do Sr. Presidente, recebeu cinco

votos a favor e o voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----Denominada Proposta B, da autoria do Sr. Vereador Francisco Maurício, que contou com o voto a favor do seu proponente e cinco votos contra dos restantes elementos presentes do executivo.-----

-----Com a aprovação da proposta do Sr. Presidente é aprovada a metodologia de financiamento que a mesma comporta.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos aconselhou que "este enquadramento proposto fosse objecto dum contrato-programa que espelhasse todas as condições financeiras, sociais, orçamentais e jurídicas inerentes à execução do contrato. Não tenho dúvidas que este projecto contribui para o bem estar dos cidadãos de Almeirim, em especial das pessoas mais carenciadas e excluídas socialmente."-----

-----O Sr. Presidente respondeu que será celebrado contrato-programa para o efeito e quanto ao financiamento de seiscentos e um mil euros, é óbvio que só terá execução prática no caso de avançarem as obras no Hospital.-----

-----BOLSAS DE ESTUDO - A Sr^a Vereadora Joana Baptista apresentou a sua proposta de atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior para o ano lectivo de dois mil e sete/dois mil e oito, que aqui se dá por fielmente transcrita e fica arquivada no maço de documentos respeitante às Actas do executivo.-----

-----A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade.-----

-----ARRUAMENTOS - O Sr. Presidente deu conhecimento da planta que patenteia o projecto de Remodelação do Cruzamento da Rua Condessa da Junqueira com a Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Almeirim, tendo em vista uma maior fluidez de tráfego, dentro das possibilidades que o espaço físico permite.-----

-----CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO ESCOLAR - PATRIMÓNIO - Foi presente a

carta da Comissão da Igreja de Marianos solicitando a cedência da sala da Escola mais antiga de Marianos, que se encontra encerrada, a fim de nela funcionar provisoriamente a Igreja de Marianos, que tem vindo a funcionar no edifício de madeira da antiga telescola.-----

-----A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

-----AQUISIÇÃO DE TERRENO - O Sr. Presidente submeteu à consideração do executivo a hipótese de aquisição de um terreno frente ao Hospital de Almeirim, no gaveto da Rua do Paço com a Rua Cinco de Outubro, pelo qual o proprietário pretende o preço de quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos por metro quadrado.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que concorda com a aquisição e o preço parece-lhe proporcionalmente similar ao do terreno em frente do Tribunal e do terreno da Praça Lourenço de Carvalho, com o objectivo da aquisição servir para melhorar aquela entrada de Almeirim, que em conjunto com a recuperação do Hospital poderá ser um factor de valorização e embelezamento.---

-----O Sr. Vice-Presidente disse que a sua opinião favorável é dependente de, com a aquisição deste espaço ser possível fazer um arranjo que permita a retirada dos autocarros da Rua Cinco de Outubro.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou que está de acordo com a aquisição de parte do prédio, dado que poderá contribuir para o arranjo urbanístico e resolução do tráfego rodoviário que ali circula.-----

-----A Câmara deliberou adquirir a parcela de terreno ao preço indicado, devendo ser identificada a área e o vendedor.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - O Sr. Presidente submeteu à consideração do executivo um novo requerimento apresentado por Ulisses Pereira Branco, na sequência de, em reunião de sete de

Janeiro em curso, ter sido autorizada a empresa Frisol - Instalações de Frio e Climatização, Lda, de que é sócio-gerente a proceder ao pagamento das compensações pela transmissão do lote número sessenta e quatro da Zona de Actividades Económicas, a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do Regulamento, em seis prestações semestrais, mediante a apresentação de garantia bancária.-----

-----Vem agora o requerente, alegando a impossibilidade de poder apresentar uma garantia bancária devido às dificuldades económicas da empresa e no sentido de evitar a sua falência, requerer que seja autorizada a substituição da garantia bancária pela garantia pessoal oferecida mediante fiança do signatário.--

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que, "aquando da aprovação deste ponto, na passada reunião, recordei que não seria fácil ao empresário, nestas condições, a obtenção de qualquer garantia bancária e foi-me respondido que o problema seria dele. É um empresário que cumpriu todas as obrigações, foi reconhecido por todos nós que o nosso Regulamento da Zona de Actividades Económicas necessitaria ser alterado nesta e noutras situações, tendo todos reconhecido o facto de que era uma situação injusta, ou pouco justa, ou com pouca moral. Face a tudo o que acabo de observar, se pudermos tomar legalmente essa deliberação, estou disposto a aceitar a garantia pessoal do Sr. Ulisses, pelo pagamento referido."-----

-----No conhecimento de que o empresário se encontrava no edifício, foi o mesmo chamado à reunião do executivo, para explicar a sua posição.-----

-----O mesmo reiterou que só está disponível para dar como garantia pessoal o seu bom nome, porque não tem bens.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício salientou que diz o mesmo que já disse, está a falar do ponto de vista moral, não legal, mas não toma deliberações ilegais. E repetiu os considerandos que fez atrás, acrescentando que com a falência da empresa a Câmara nada receberá de compensações, como decorre do Regulamento, e que entende que se deve aceitar a palavra do

Ulisses.-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos considerou que deve
ser pedido parecer ao consultor jurídico.-----
-----O Sr. Presidente propos e o restante executivo aceitou que
será aceite o aval pessoal do empresário desde que o Dr. Victor
Baptista informe que é legal.-----

-----Às dezoito horas e quarenta e três minutos o Sr. Vice-
Presidente declarou encerrada a reunião.-----
-----E eu, _____, Chefe de Repartição da
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----
-----Presidente da Câmara, _____ A Chefe de Repartição